

## O critério de desempenho: do behaviorismo ao funcionalismo

Max Rogério Vicentini

Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. e-mail: mrvicentini@uem.br

*Mas uma máquina certamente não pode pensar! - É essa uma sentença empírica? Não. As coisas que dizemos que pensam são o ser humano e o que é como ele.*

Wittgenstein

**RESUMO.** Pretende-se, aqui, investigar as origens, alcance e limitações do funcionalismo. Busca-se, em um primeiro momento, as raízes históricas da filosofia da mente dirigindo a atenção a aspectos relevantes da obra cartesiana. De posse da concepção subjetivista de mente, defendida por Descartes, analisa-se a estruturação das teorias que procuram abordar cientificamente o mental. Deter-se-á, particularmente, na consideração das idéias behavioristas e no impacto que elas tiveram na delimitação de um campo de estudo próprio do mental, analisando as causas de seu insucesso. Como decorrência, apura-se de que maneira o funcionalismo, que pretende ser uma resposta alternativa à pergunta pela natureza do mental, supera ou recai nos mesmos problemas que invalidaram o behaviorismo. Essas críticas ao funcionalismo serão baseadas na noção de *qualia*, que surge como um empecilho às pretensões reducionistas das teorias da mente atuais.

**Palavras-chave:** mente, funcionalismo, behaviorismo, materialismo.

**ABSTRACT. Performance criterion: from behaviorism to functionalism.** The aim of this article is to investigate the origins, range and limitations of functionalism. At first the historical roots of mind philosophy with special regard to relevant aspects of Descartes' writing will be studied. Based on the subjectivist concept of mind as advocated by Descartes the structure of the theories dealing scientifically with the mind will be analyzed giving special emphasis to the behaviorist ideas and to their influence on the delimitations of the field of mental studies, including the causes of their failure. And as a consequence it will be verified how functionalism, which intends to be an alternative answer to the question of the mind's nature, overcomes or relapses into the same problems that invalidated behaviorism. This criticism of functionalism is based on *qualia* notion that constitutes an impediment to the reductionist claims of current mind theories.

**Key words:** mind, functionalism, behaviorism, materialism.

Este artigo busca aprofundar aspectos teóricos da atual filosofia da mente. O objetivo é o de realizar uma consideração crítica da mais representativa teoria da mente atual, isto é, do funcionalismo. Embora seja uma teoria muito difundida, a perspectiva, neste trabalho, é a daqueles que a encaram com uma certa reserva. Procura-se investigar em que medida o funcionalismo supera as limitações da concepção behaviorista de mente, para a qual pretende ser uma alternativa.

Para a execução deste objetivo, esta investigação será dividida em quatro etapas, como se segue. Num

primeiro momento considerar-se-á as raízes cartesianas da filosofia da mente, evidenciando-se o caráter subjetivo do mental extraído desta obra. Num segundo momento, passa-se à consideração da virada behaviorista que procura imprimir um aspecto científico ao estudo do mental, ressaltando-se os problemas que surgem desta concepção. Em seguida, analisar-se-á o surgimento do funcionalismo como reação às limitações das teorias então vigentes e discutir-se-á seu sucesso em responder aos problemas colocados aos behavioristas. Por fim, abordar-se-á o problema dos

*qualia* dentro do contexto da moderna filosofia, refletindo sobre as limitações da orientação reducionista das propostas atuais.

A questão: qual a natureza da mente humana e qual o método mais indicado para o seu estudo, em pauta ao menos desde Descartes, recebe hoje em dia um tratamento que a aproxima dos recentes avanços em computação e neurologia. O objetivo aqui almejado é resgatar a perspectiva filosófica em um diálogo que seja frutífero com essas novas ciências.

### A herança cartesiana

Ao considerar as principais questões que constituem a filosofia da mente, bem como a história de sua origem e desenvolvimento, depara-se com a figura de Descartes como um marco decisivo. Sua maneira de fazer filosofia, vale dizer, seu método de investigação, bem como as conclusões a que chegou, marcaram profundamente a maneira de conceber e investigar o fenômeno mental humano. A divisão que efetuou entre *res extensa* e *res cogitans* estabeleceu uma diretriz para as futuras investigações nesse campo.

As afirmações mais conhecidas de suas obras como a de que “*penso, logo existo*”, ou a de que “é mais fácil conhecer as coisas da alma da que as coisas do corpo” (Descartes, 1973b:106), ou ainda, de que “a alma é realmente distinta do corpo” (Descartes, 1973b:142) são resultantes da abordagem metodológica que empregou. Para a obtenção dessas certezas, Descartes afirmava não precisar de nada mais que paz e isolamento para poder se dedicar à investigação de seus próprios estados mentais, protegido de qualquer interferência exterior que pudesse conduzi-lo a julgamentos preconcebidos ou preconceituosos, transmitidos pela educação que recebera ou pelos sentidos. A **introspecção** desponta em sua obra como o modo privilegiado de acesso ao mental.

Seguindo uma longa tradição que se confunde com a própria história da Metafísica Ocidental, Descartes desconsiderava o corpo e, por conseguinte, todo o sensível no processo de obtenção do conhecimento. Como para esse autor as idéias são inatas, preferia, sempre que possível, prescindir de toda experiência:

*[...] devemos admitir que em nenhum caso as idéias das coisas são apresentadas para nós pelos sentidos como nós as formamos em nosso pensamento. Tanto que não há nada em nossas idéias que não seja inato à mente ou à faculdade de pensamento, com a única exceção daquelas circunstâncias relacionadas à experiência, elas transmitem alguma coisa que, naquele exato momento, dá à mente oportunidade de*

*formar essas idéias por meio da faculdade inata a ela*<sup>1</sup>  
(Descartes, 1985:304).

O método introspectivo firmou o estudo dos estados mentais ou conscientes como uma **atividade privada**, colocando de maneira decisiva o conteúdo desses estados para além de qualquer possibilidade de tratamento empírico. Ao contrário, o fato de só se poder tratar desses fenômenos na primeira pessoa é característica constitutiva do mental. Como decorrência dessa situação, podemos apurar que existem determinadas características do mental que não são passíveis de comprovação pública.

Descartes afirma que qualquer tentativa de reprodução do aparato mental humano está condenada ao fracasso e propõe duas maneiras muito seguras de distinguir os homens, seres de razão, de qualquer animal ou mecanismo artificial. Por mais perfeitos e complexos que esses últimos possam ser, em todas as ocasiões que se fizer um teste comparativo das performances no campo da linguagem e da ação, constatar-se-á diferenças intransponíveis entre estes e os homens. Descartes aponta para uma característica de sua concepção do mental que é impossível de reprodução ou simulação mecânica, qual seja, aquilo a que podemos chamar de a universalidade da razão. Esta “razão é um instrumento universal, que pode servir em todas as espécies de circunstâncias...” (Descartes, 1973a:68).

O princípio que comanda o agir humano em tudo se distingue daquele que determina o comportamento de animais e máquinas. Enquanto nos primeiros é a razão, nos últimos é apenas a disposição das partes que os compõem. Assim, no caso da linguagem, Descartes diz que se pode:

*...muito bem conceber uma máquina que seja feita de tal modo que profira palavras, e até que profira algumas a propósito das ações corporais que causem quaisquer mudanças em seus órgãos: por exemplo, se a tocam num ponto, que pergunte o que se lhe quer dizer; se em outro, que grite que lhe fazem mal, e coisas semelhantes; mas não que ela as arranje diversamente, para responder ao sentido de tudo quanto se disser na sua presença, assim como podem fazer os homens mais embrutecidos* (Descartes, 1973a:68).

O mesmo se aplica no caso do agir, onde “embora fizessem muitas coisas tão bem ou talvez melhor do que qualquer de nós, falhariam infalivelmente em algumas outras, pelas quais se descobriria que não agem pelo conhecimento, mas

<sup>1</sup> Tradução nossa.

somente pela disposição de seus órgãos” (Descartes, 1973a:68).

Diferentemente dos filósofos da mente contemporâneos, cujas discussões centrais giram em torno da oposição entre características objetivas e subjetivas do mental, Descartes se preocupava muito mais com a contraposição entre o determinado e o indeterminado na natureza humana. Para esse autor nada havia de mais objetivo, para os seres de razão, do que as idéias claras e distintas obtidas pelo método introspectivo. A particularidade do mental é, na verdade, sua capacidade ilimitada de se amoldar às situações diversas, capacidade esta decorrente de sua liberdade de julgamento.

Embora não se saiba se por convicção pessoal ou por medo da Igreja, como aponta Karl Popper (Popper, 1991:228), o fato é que a mente cartesiana, em sua essência metafísica, se destaca de um mundo mecanizado como era aquele decorrente de sua concepção física e filosófica. Nas palavras de Gilbert Ryle (Ryle, 1949) Descartes transformou a mente num fantasma que habita uma máquina, ou se quisermos ser mais fiéis à terminologia tradicional, realizou uma distinção real entre mente e corpo.

Uma tentativa de compreensão dessa situação passa pela análise do impacto que a nova maneira de fazer ciência, nascente no século XVI, exerceu sobre todas as demais áreas de investigação. O grande sucesso dessa nova perspectiva científica era decorrente das novas práticas metodológicas calcadas na valorização dos conhecimentos advindos da experiência sensível<sup>2</sup>. A pretensão de matematizar para prever e controlar tornou-se uma perspectiva atraente para o exercício do pensamento. Com esses valores nascentes em mente, podemos recuperar um pouco da situação geradora do dilema no qual Descartes se via envolvido. Como conciliar os valores da nova ciência com a concepção do homem como um ser de Razão? A cisão mente/corpo surgiu como solução. De um lado temos o corpo submetido completamente às determinações da mecânica e, do outro, a mente, definida em oposição às características corporais e possuidora de uma vontade livre cuja liberdade não conhece limitações.

É uma solução que, contudo, encerra uma série de problemas não superados pela própria filosofia cartesiana, como a questão de se determinar o modo pelo qual essas duas substâncias distintas podem se relacionar. Assim, a divisão entre substâncias mentais e corporais que parecia ser a solução

definitiva, foi herdada pela filosofia posterior como o problema mente/corpo.

O legado da filosofia de Descartes para a filosofia da mente consiste num método para o estudo dos fenômenos mentais, a introspecção, e numa caracterização dos mesmos como essencialmente privados, distintos do corpo e tais que sua descrição só pode ser feita em primeira pessoa. Essa posição ficou conhecida como dualismo cartesiano ou dualismo de substância.

### A virada behaviorista

Os pressupostos e procedimentos cartesianos dominaram o estudo do mental durante os séculos que se seguiram, levando David Brewster a fazer a seguinte declaração em 1854:

*Não há nenhum departamento do conhecimento no qual tão pouco progresso tenha sido feito como no da filosofia do mental. A mente humana tem sido estudada como independente do corpo, e, de uma forma geral por filósofos que possuem uma quantidade relativamente pequena de conhecimento físico. Na verdade não foi feita nenhuma tentativa de examinar seus fenômenos à luz do experimento e da observação, ou de analisá-los em suas fases de anormalidade... Sem dados, sem axiomas, sem definições [a ciência da mente] propõe problemas que não consegue resolver. (apud. Gardner, 1995:63).*

Com grande clareza Brewster reclama a extensão da revolução ocasionada pela nova perspectiva científica também para o campo de estudo do mental. O espírito experimentalista e observacional batia à porta daquele que era um dos últimos campos a resistir. Brewster aconselha, claramente, uma mudança na relação do “filósofo da mente” com seu objeto de estudo. Com essa mudança procura-se tratar a mente como um objeto público, submetido a condições intersubjetivas de teste, a fim de que se obtenha definições e se apure propriedades que possam ser reconhecidas indistintamente por qualquer pessoa como sendo pertencentes ao mental.

Embora Brewster estivesse pensando no *Treatise of Hume*<sup>3</sup> ao escrever essas linhas, pode-se dizer, contudo, que a elaboração de teorias sobre o mental, resultantes de uma perspectiva experimentalista só veio a se realizar no século XX, através de uma tríade de perspectivas sobre o mental que se sucederam: o behaviorismo, o materialismo e o funcionalismo<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Foi imbuído desse novo espírito investigativo que Newton foi capaz de conceber a mecânica, cujo desenvolvimento rumo ao determinismo parecia ameaçar até mesmo o reino da liberdade humana.

<sup>3</sup> A seqüência da citação de Brewster é a seguinte: “...A *Treatise of human nature*, being attempt to introduce the experimental method of reasoning into moral subjects”.

<sup>4</sup> Naturalmente não podem ser esquecidos os esforços da Psicologia científica no que diz respeito ao estabelecimento de métodos empíricos para uma apreciação adequada do mental,

Podemos afirmar que tais empreendimentos guardam algumas características em comum, como por exemplo, a reiterada busca por uma abordagem científica do fenômeno mental. Isso equivale a dizer que todos esses empreendimentos buscavam e buscam aplicar as diretrizes experimentalistas e observacionais das ciências bem sucedidas e condições intersubjetivas de teste, cujo modelo era a física, a todo tipo de fenômeno, mesmo àqueles que até então pareciam resistir a esse tipo de estudo. Como diz John Searle (1994), todas essas tentativas de enquadramento do fenômeno mental, dentro de métodos provenientes da física podem, ser vistas como momentos de um mesmo movimento materialista<sup>5</sup>.

O materialismo afirma que tudo o que é real, tudo o que existe, é matéria e que, portanto, tudo pode, em princípio, ser conhecido objetivamente. Searle (1994:16) aponta como afirmação típica dos materialistas: “Nós temos a convicção de que se alguma coisa é real, ela deve ser igualmente acessível a todos os observadores competentes.” A idéia dominante, que funda as pretensões da ciência, no que se refere àquilo que se acredita poder conhecer, e estabelece as suas diretrizes metodológicas, é a crença de que o real é objetivo. Assim, qualquer fenômeno que aparente algum aspecto subjetivo, ou é sumariamente descartado como um equívoco, ou sofre a tentativa de redução a uma base objetiva.

Em concordância com os critérios de objetividade científica, os behavioristas procuravam reduzir todo estudo do mental a fenômenos que pudessem ser observáveis publicamente. Dessa maneira, a tarefa do conhecido **behaviorismo psicológico** era de realizar empiricamente essa redução, constituindo-se em uma hipótese de trabalho científico. A esta foi acrescentada uma nova versão, conhecida como **behaviorismo lógico**, surgida da constatação de que um tal programa científico não seria validado a menos que se fizesse uma redução completa dos fenômenos psicológicos a comportamentos observáveis, o que seria extremamente trabalhoso. Os behavioristas lógicos propuseram uma epistemologia que validasse a pretensão de reduzir a mente ao comportamento, banindo para longe do vocabulário científico termos de origem mentalista (Hempel, 1980:16).

Objecções variadas se opõem a essa concepção behaviorista. Uma delas, talvez a mais séria, faz referência ao fato de que a um mesmo

comportamento observável é possível atribuir diferentes causas psicológicas, que podem, de igual maneira, explicá-lo, tornando, conseqüentemente, ineficaz este empreendimento, uma vez que podemos atribuir a um mesmo comportamento motivações contrárias como causas. Por exemplo, tomando-se a situação de alguém que beba um copo de veneno que esteja em cima de uma mesa sem nenhuma identificação, pode-se considerar que tal pessoa ignorava que tal líquido fosse veneno. Mas é perfeitamente possível que o mesmo comportamento possa ser explicado em termos de uma vontade suicida. O mesmo pode-se dizer do cristão que procura, a todo custo, evitar o pecado e viver segundo os preceitos de sua religião. Ele faz esse esforço por amor a Deus ou por temor aos sofrimentos do inferno? Tanto um motivo quanto o outro explicam igualmente bem seu comportamento. Analisando apenas de modo local aquele comportamento não se consegue decidir com toda certeza por uma ou outra explicação.

Ao behaviorismo seguiu-se o *materialismo* propriamente dito, também conhecido como “teoria da identidade” mente/corpo ou mente x cérebro, que defende a identificação dos estados mentais com os estados cerebrais. Nessa abordagem há uma variação marcante de propostas, indo daquelas que negam a existência de fenômenos mentais como a consciência, até aquelas versões menos radicais que procuram “naturalizar” os estados mentais enxergando sua origem causal em processos neurofisiológicos.

A teoria da identidade passou por duas formulações. A primeira delas, conhecida por identidade de tipo (*type-type identity theory*), diferentemente do behaviorismo lógico que via na identidade mente/comportamento uma verdade analítica, desenvolvia a idéia de que a identidade mente/cérebro era uma hipótese científica e que cabia aos pesquisadores demonstrarem empiricamente a identificação dos dois termos da relação de igualdade.

Essa mesma corrente defendia a idéia de que a identidade mente/cérebro era do mesmo tipo que descarga elétrica e raio luminoso, ou entre a água e moléculas de H<sub>2</sub>O. A dificuldade que surge desse empreendimento pode ser expresso na forma de um dilema. Para se demonstrar empiricamente a identidade de dois fenômenos quaisquer é necessário que se chegue a um conjunto de propriedades através das quais ambos possam ser descritos. Assim, ao se descrever um estado prazeroso x qualquer como sendo idêntico a um estado neurofisiológico y qualquer, está-se

contudo, restringiremos nossa análise às três correntes acima elencadas.

<sup>5</sup> Embora o funcionalismo seja uma posição neutra, de fato, pouquíssimos pesquisadores, atualmente, se assumem como não materialistas.

afirmando que existe um único evento que pode ser identificado a partir de dois conjuntos distintos de propriedades, mentais e neurofisiológicas. Desse modo, surge o dilema: ou diz-se que eventos prazerosos são subjetivos, mentais e introspectivos, e não se consegue esquivar da intratabilidade do mental, ainda que se afirme apenas um dualismo de propriedade; ou afirma-se que os eventos prazerosos são apenas físicos e perde-se a característica mental, como já havia acontecido com os behavioristas. Em outras palavras, a teoria de identidade manteve-se dependente de uma forma de dualismo, o de propriedades<sup>6</sup>.

Outro grande problema que surge da consideração das propostas de identidade mente/cérebro diz respeito à dificuldade, já apontada por Descartes e Leibniz, de se conceber como uma única coisa duas outras que possuem características próprias e diferentes. Como aquelas atribuídas ao cérebro e à mente, características não apenas diversas, mas até mesmo, em alguns casos, antagônicas. Uma extensa e complexa literatura foi desenvolvida tentando responder a essa questão (Kripke, 1980:144-147). Uma outra dificuldade dessa abordagem é o que se pode denominar de “problema das múltiplas realizações”, ou seja, uma vez que o materialista defende que os estados mentais são estados cerebrais, não haveria uma maneira de defender a tese de que outros seres além do homem possuem quaisquer daqueles estados mentais. Por exemplo, a dor seria explicada como um determinado processo no interior de um determinado tipo de célula nervosa que constitui o sistema nervoso humano. Com base nisso, não se poderia dizer que um cachorro sente dor se ele não possui aquele tipo específico de célula; esse problema também é conhecido como “chauvinismo neural” (Block, 1978).

Num segundo momento, desenvolveu-se o que ficou conhecido como teoria de identidade de ocorrências (*token-token identity theory*), que afirmava que a cada ocorrência de evento mental, correspondia uma ocorrência de evento cerebral. Desse modo, além de sofrer as mesmas críticas que a teoria da identidade de tipos, cabia aos defensores da teoria da identidade de ocorrência explicar como a crença de que  $2+2=4$  podia ser identificada com o mesmo evento neuronal em duas pessoas diferentes.

### A proposta funcionalista

A concepção e justificção da relação dos estados mentais com os estados cerebrais torna-se um

problema para os teóricos da teoria da identidade, cabendo aos mesmos responderem o que existe em diferentes eventos cerebrais (os meus e os seus, por exemplo) que os tornam instâncias de um mesmo evento mental? A melhor resposta a que chegaram foi a de que a **função** dos eventos cerebrais determina o evento mental. Dessa maneira, surge a terceira e mais recente tentativa de abordagem do fenômeno mental humano, que recebeu o nome de *funcionalismo*. Nela, não obstante as várias nuances de posicionamentos, pode-se apurar a intenção comum de identificar os estados mentais humanos com a estrutura funcional de um sistema. Para os funcionalistas:

*...duas diferentes ocorrências de estado cerebral seriam ocorrências de um mesmo tipo de estado mental se e somente se os dois estados cerebrais mantivessem as mesmas relações causais entre os estímulos de entrada (inputs) que o organismo recebe, entre os seus vários outros estados mentais e com suas respostas comportamentais (Searle, 1994:41).*

Para os funcionalistas, a mente é considerada uma caixa-preta, sendo abordada apenas em termos das entradas informacionais ou *inputs* e da atividade funcional que os converte em informações de saída ou *output*. Uma série de objeções foi levantada contra o funcionalismo. Deve-se também a Searle (1984) o desenvolvimento do argumento do quarto chinês, através do qual enfatiza a impossibilidade, presente nos atuais modelos computacionais, de contemplarem o aspecto semântico do discurso. A sintaxe, enquanto conjunto estruturado de regras, permite uma abordagem computacional cujos resultados não são desprezíveis. No entanto, para Searle (1994) a atividade sintática não consegue, ao menos, aproximar-se da atividade humana consciente.

De um certo modo, a resposta funcionalista é de muitas maneiras semelhante àquela dada pelos behavioristas. Fica claro, para aquele que se familiarizou com a estratégia behaviorista e funcionalista, que o principal critério para a decisão de se atribuir mente para determinados seres e não para outros reside na idéia de *desempenho*. Podemos dizer que para esses autores uma máquina poderá ser considerada um ser pensante se, numa situação específica, desempenhar adequadamente o comportamento que se esperaria de um ser humano normal naquela mesma situação. Esse critério parece ser bastante adequado e com exceção de alguns autores (Searle, 1994), ninguém discordaria que é dessa maneira que se atribui mentalidade aos pares humanos. Entretanto, em alguns casos sua aplicação parece mostrar-se inadequada.

<sup>6</sup> Este dilema foi primeiro colocado em Stevenson (1960).

Tome-se como exemplo o teste empregado por Turing, o *teste de Turing*, por meio do qual, busca-se a comprovação de se uma máquina (máquina de Turing) poderia pensar ou não. Não interessa aqui o que vem a ser esta máquina, mas sim as condições que Turing acreditava serem decisivas para a realização do teste.

Tentando responder à questão de se uma máquina pode pensar, Turing propõe um teste que pode ser descrito da seguinte maneira: suponhamos que se construísse uma máquina tão complexa que todas as suas respostas às questões (restritas ao campo intelectual) que se lhe propusesse fossem de tal maneira que não se pudesse distingui-las das de um ser humano. Neste caso, se tal máquina obtivesse este desempenho, que razões teríamos para dizer que ela não pensa? pergunta-se Turing.

Embora herdeira do behaviorismo esta corrente nega a possibilidade de explicação dos estados mentais unicamente em termos dos estímulos do ambiente e das respostas comportamentais. No estudo do problema mente/corpo há a necessidade de se apelar para a intrincada relação dos próprios estados mentais, os quais serão definidos em termos de sua estrutura funcional.

### O problema dos *qualia*

É sensível para todo aquele que possui ao menos um pequeno conhecimento dos preceitos da ciência atual, um aparente descompasso entre a visão resultante das descrições científicas e aquela imagem do mundo que se obtém pela experiência, por meio dos sentidos e que está baseada nas mais íntimas intuições de como o mundo é. Esse mundo de cores, odores, sabores, etc. é reduzido a um amontoado de desbotados elementos básicos e enunciados de leis que não deixa ver como tão vívidas propriedades possam ser deduzidas a partir de uma base tão elementar.

É chamada de fisicalismo a perspectiva filosófica que defende a idéia de que o vocabulário da Física é o único com validade científica, devendo ser empregado em todos os campos do conhecimento. O fisicalismo é uma importante, e até mesmo majoritária, perspectiva entre os cientistas. Sem questionar o sucesso que essa perspectiva científica tem alcançado, passar-se-á a analisar a questão de se por meio do fisicalismo é possível capturar, numa estrutura teórica descritiva, todos os possíveis objetos de conhecimento empírico. Ou, dizendo de outra maneira, se é possível o tratamento objetivo de todos os objetos que são empiricamente apresentados.

Os *qualia* aparecem como candidatos resistentes às tentativas de lhe outorgarem uma cidadania científica. Por ora, será considerado como o termo empregado para denotar as características intrínsecas de nossas sensações, as quais podemos obter apenas por meio da introspecção (Churchland, 1989:23).

Para o aprofundamento dessa tentativa de definição e esclarecimento das particularidades que a tradição atribui a esse fenômeno, apresentar-se-á um exemplo através do qual suas principais características serão evidenciadas. Toma-se a seguinte situação: diante de uma paisagem marinha, onde o céu e o mar aparecem para mim como sendo igualmente azuis, como posso afirmar que estou percebendo uma única cor? Ninguém discordaria que se conseguíssemos fazer justificadamente esse tipo de afirmação, é porque podemos comparar, em nossa consciência, as duas sensações causadas pelos objetos e daí emitimos um juízo.

A situação torna-se diferente e mais complicada, entretanto, se são colocados em questão os recursos de que dispomos para afirmar justificadamente que um outro observador, que esteja olhando para o céu e o mar, no mesmo momento que o fazemos, esteja tendo a mesma sensação que nós estamos tendo. Como apurar se a sensação que o outro está tendo (se ele está realmente tendo alguma) é igual a minha?

Parece que, em princípio, tal comparação é completamente impossível. Muito embora se possa concordar verbalmente que os dois objetos estejam tingidos por uma mesma cor e que tal cor é igual à cor da camisa que no momento estou usando, e mesmo que todos os nossos juízos sobre a cor concordem, ainda assim ficaria sem resposta a pergunta de se as qualidades que experimentamos são as mesmas. É possível que a sensação da cor que chamamos de azul seja para ele como a sensação da cor que nós chamamos de vermelho é para mim. Ou mesmo, que sua experiência da cor azul se assemelhe à qualidade que sinto quando ouço o som de uma música, poderia ser o caso que sua percepção das cores se desse de maneira completamente inversa àquela que eu experimento. Como diz Dennett: *“uma vez que todos nós aprendemos as palavras que designam as cores vendo objetos coloridos e públicos, nosso comportamento verbal concordaria mesmo se nós experienciássemos as cores subjetivamente de modos inteiramente diferentes* (Dennett, 1991:524).

A impossibilidade intuitiva de comparação das impressões causadas a duas pessoas por um mesmo objeto sugere que, em primeiro lugar, os *qualia* são *alguma coisa* que pode ser acessada unicamente por aquele que os experiencia. Tem-se, então, constatada

uma característica de *acesso privado* que faz parte das experiências qualitativas. Pode-se apurar também que os *qualia* resistem a qualquer tentativa de descrição, pois são acessíveis somente à consciência do experienciador, indicando uma característica de *inefabilidade* que resiste até mesmo às tentativas de expressão dos mais eloqüentes oradores. Essa inefabilidade deve-se, segundo a tradição (Dennett, 1991:522), às suas propriedades *intrínsecas*, que indicam a impossibilidade de análise, uma vez que são fenômenos simples ou homogêneos. Além dessas características, reza a tradição que o acesso que se tem dos próprios *qualia* é de tipo *direto ou imediato*, isto é, não se pode estar enganado a respeito das qualidades que se percebe das coisas.

Parece natural, nesse momento, perguntar qual, afinal de contas, é o problema que a noção de *qualia* carrega consigo.

Em poucas palavras, pode-se dizer que o problema central que direciona esta investigação é o de apurar se um fenômeno com as características que, aparentemente, pertencem aos *qualia* pode ser tratado a partir de uma abordagem fisicalista, como parece ser a diretriz dominante nas ciências da mente contemporâneas.

São encontrados, na literatura recente sobre o problema, dois argumentos bastante contundentes nos quais é defendida a idéia de que os *qualia* apresentam dificuldades e/ou são resistentes a uma abordagem fisicalista. São eles: o argumento de Nagel (1980): “Como é ser um morcego” (*What is it like to be a bat?*) e o “argumento do conhecimento” (Jackson, 1991) exposto por Frank Jackson.

Nagel argumenta em seu artigo que nenhuma descrição puramente objetiva do mundo, isto é, uma descrição que seja igualmente acessível a todos os observadores não importando o seu ponto de vista, poderia fornecer o conhecimento de como é ser um morcego. Tal conhecimento só poderia ser obtido por alguém que pudesse ter a experiência de ser como um morcego. A conclusão a que chega é que deve haver um aspecto subjetivo na experiência que não pode ser apreendido a partir de uma descrição puramente objetiva.

Jackson imagina uma situação hipotética na qual uma pessoa, chamada por ele de Mary, que cresce aprisionada, desde o nascimento, num quarto onde tudo era preto ou branco e para a qual todo contato com o mundo exterior se dava através de um monitor de televisão, também em preto e branco e que, vencendo todas as adversidades, torna-se uma brilhante física e neurofisióloga especializada em cores. Todavia, mesmo com todo o conhecimento teórico de Mary, Jackson afirma que quando ela

saiisse do quarto teria um acréscimo em seu conhecimento: a experiência de ver as cores.

Tanto no primeiro quanto no segundo argumento, a conclusão que se impõe é a de que o fisicalismo com suas pretensões objetivadoras não consegue dar conta de todos os componentes do real. Por um lado, decorre de tais argumentos que a natureza dos *qualia* é tal que impossibilita qualquer descrição objetiva dos mesmos, em face de sua irreduzível subjetividade; por outro, que o fisicalismo ou é uma perspectiva equivocada ou, na melhor das hipóteses, incompleta.

### Conclusão

O relato das críticas e dos problemas endereçados às teorias aqui analisadas tem por objetivo evidenciar a constatação de que variações sobre um mesmo conjunto de problemas vêm desafiando e vencendo todos aqueles que se debruçaram sobre a análise do fenômeno mental no presente século.

As críticas que historicamente surgiram no debate com o fisicalismo, de maneira geral, aplicam-se com grande propriedade ao behaviorismo e ao funcionalismo. A razão para essa situação parece ser decorrente do fato de todas essas teorias se utilizarem de um mesmo critério para a aferição dos estados especificamente mentais, o de desempenho, como fica bem claro a partir da análise do teste de Turing.

O debate contemporâneo tem sido enriquecido com os avanços nas áreas de computação e, principalmente, de neurologia que seguem a tendência de reduzirem as propriedades mentais a um substrato objetivo, seja ele um conjunto de funções como os programas de computadores ou algo mais complexo como as atividades realizadas pelo cérebro, incluindo a multiplicidade de detalhes tanto da estrutura cerebral quanto de sua atividade físico-química. Ainda que muitos resultados positivos tenham sido obtidos por meio dessas estratégias de pesquisa, os problemas referentes ao emprego do critério de desempenho permanecem ignorados.

Uma proposta de pesquisa que abra possibilidade de avanços reais na compreensão das questões do difícil campo dos estudos mentais tem que levar em consideração a impropriedade do critério de desempenho como balizador dos resultados obtidos.

### Referências

BLOCK, N. Troubles with functionalism. In: BLOCK, N. *Readings in philosophy of psychology*. Cambridge: Harvard University Press, 1980. p. 268-305.v. 1

- CHURCHLAND, P. M. *A neurocomputational perspective: the nature of mind and structure of science*. Cambridge: A Bradford Book; London: The MIT Press, 1989.
- DENNETT, D. *Consciousness explained*. Boston: Little Brown, 1991.
- DESCARTES, R. *Discurso do método*. Tradução: J. Guinsburg; Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973a. (Os Pensadores)
- DESCARTES, R. *Mediações*. Tradução: J. Guinsburg, Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973b. (Os Pensadores)
- DESCARTES, R. Comments on a certain broadsheet. In: DESCARTES, R. *The philosophical writings of Descartes*. London: Cambridge University Press, 1985. p. 295-324.
- GARDNER, H. *The mind's new science: a history of the cognition revolution*. New York: Basic Books, 1985.
- HEMPEL, C. G. The logical analysis of psychology. In: BLOCK, N. *Readings in philosophy of psychology*. Cambridge: Harvard University Press, 1980. p. 14-23. v. 1
- HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. Tradução: Anoar Aiex. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Os Pensadores).
- JACKSON, E. "Epiphenomenal qualia". In: LYCAN, W. *Mind and cognition: a reader*. Cambridge: Basil Blackwell, 1991. p. 469-477.
- KRIPKE, S. A. Excerpt from "Identity and necessity". In: BLOCK, N. *Readings in philosophy of psychology*. Cambridge: Harvard University Press, 1980. p. 144-147. v. 1
- NAGEL, T. "What is it like to be a bat?" In: BLOCK, N. *Readings in philosophy of psychology*. Cambridge: Harvard University Press, 1980. p. 159-168. v. 1.
- POPPER, K. R.; ECCLES, J. C. *O eu e seu cérebro*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.
- RYLE, G. *The concept of mind*. London: Barnes & Nobles, 1949.
- SEARLE, J. *Minds, brains and science: The 1984 Reith Lectures*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- SEARLE, J. *The rediscovery of the mind*. Cambridge: A Bradford Book; London: The MIT Press, 1994.
- STEVENSON, F. T. " 'Sensations and brain processes': A reply to J.J.C. Smart". In: BORST, C. V. *The mind brain identity theory*. London: The Macmillan Press, 1970. p. 87-92.

*Received on December 19, 2000.*

*Accepted on January 22, 2001.*